



000037

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA  
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2019  
JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer deste Município, nomeada pela portaria nº 05/2017, de 02 de janeiro de 2017, vem, em atendimento ao art. 26, caput da Lei nº 8.666/93, apresentar Justificativa de Inexigibilidade de Licitação para a Contratação de empresa para apresentação de Shows Artísticos da Banda Avine Vinny, para a apresentar-se no tradicional evento dos Festejos Juninos deste Município, a ser realizado no dia 23/06/2019, conforme o quanto disposto neste processo.

Para respaldar a sua pretensão, trago aos autos do sobredito processo peças fundamentais, proposta de serviços e documentos daqueles profissionais e da empresa, além de outros elementos que se constituem no processo em si.

Em que pese a inviabilidade de competição, ainda assim, é inexigível o Processo Licitatório, em razão dos requisitos, todos voltados para a pessoa do futuro contratado.

Instada a manifestar-me, apresento justificativa de inexigibilidade de licitação, *sub examine*, o que faz nos seguintes termos:

A Lei nº 8.666/93, art. 25, III dispõe, *in verbis*:

“Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

( )

III – para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

Em seguida, o mesmo diploma legal estabelece as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação (*ex vi* do art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93). Elas:

- 1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante;
- 2 - Justificativa do preço.

Sabe-se que a Prefeitura de Areia Branca, por força da sua natureza jurídica, sujeita-se ao Estatuto das Licitações e Contratos, máxime quando utiliza recursos provenientes da Fazenda Pública.

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso). A regra é licitar, no entanto, a Lei nº 8.666/93, prevê alguns casos em que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

A inexigibilidade de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável. Ou seja, a licitação inexigível é uma obrigação, principalmente diante das circunstâncias do caso concreto e da alicitez dos bens jurídicos a serem protegidos.

Assim, como se observa, a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios objetivos para a contratação direta. E é sob a óptica desses critérios infraconstitucionais que demonstrarei a situação de inexigibilidade de licitação que ora se apresenta.



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA  
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

Definindo de forma bastante clara e sucinta, o que seja necessário para uma contratação direta nos moldes do art. 25, III da Lei de Licitações e Contratos, o festejado administrativista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, doutrinou:

- "Para a regularidade dessa contratação direta existem três requisitos, além da inviabilidade de competição.
- que o objeto da contratação seja o serviço de um artista profissional,
- que seja feita diretamente ou através de empresário exclusivo;
- que o contratado seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública." <sup>1</sup>

Analisando-se, agora, *pari passu*, os requisitos exigidos para se configurar a inexigibilidade, além da inviabilidade de competição, veem-se que o profissional que se pretende contratar Banda Avine Vinny, preenche o mesmo, conforme a documentação apresentada.

Assim, de cada um dos requisitos preestabelecidos, temos:

➤ **Que o objeto da contratação seja o serviço de um artista profissional** – A Lei nº 8.533/1992 em seu art. 2º, assim define o artista:

"Art 2º - Para os efeitos desta lei, é considerado:  
I - Artista, o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública;"

Assim, o profissional, no caso em tela: Banda Avine Vinny - banda que canta canções para todas as idades – Forró, Arrocha e outros – também é artista. Em que pese o fato dessa Lei ser de 1978, onde só eram reconhecidos como artistas Diretor de Teatro, Coreógrafo, Professor de Arte Dramática, ou outros cursos semelhantes, ou profissionais de 2º Grau de Ator, Contra-regra, Cenotécnico, Sonoplasta, ou outras semelhantes (*ex vi* do art. 7º), ainda assim, no inciso III do mesmo artigo, de forma bastante vaga, reconheceu, também, como profissional artístico outras categorias, conquanto possuíssem atestado de capacitação profissional fornecido pelo Sindicato representativo das categorias profissionais. Entretanto, a Lei de Licitações e Contratos, ampliando essa exegese, em sua redação, estabeleceu a contratação de "profissional de qualquer setor artístico", enquadrando-se, desta forma, os cantores de forró.

Ademais, a Banda Avine Vinny é composta por profissionais respeitados e reconhecidos por diversos segmentos da música, já tendo realizado diversas obras, com excelente

... seja feita diretamente ou através de empresário exclusivo – A contratação se dará através de empresário exclusivo para a realização desse espetáculo, qual seja a empresa AVINE VINNY PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ: 20.661.405/0001-88, consoante declarações ou cartas apresentadas. Ademais, como o produto da contratação se concretiza num objeto material (realização de shows), esta Prefeitura irá obtê-lo como resultado direto do contrato. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes nos ensina que "não há nenhuma exigência sobre o meio de demonstrar a exclusividade, sendo aceita normalmente a declaração feita pelo próprio artista de que determinada pessoa é seu

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses Jacoby. Contratação Direta Sem Licitação. Brasília Jurídica.



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA  
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

agente exclusivo”<sup>2</sup>. Dessa forma, dispensamos maiores comentários a respeito, ante a natureza cristalina da contratação.

- **Que o contratado seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública** – A Banda Avine Vinny, é reconhecida em toda Região Nordeste. Novamente, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, por excelência, esclarece-nos:

“Já foi questionado, em seminário promovido pelo Centro Brasileiro para Formação Política, se o fato notório da consagração pela opinião pública necessita ser demonstrado nos autos. É óbvio que não se pretende que o agente faça juntar centenas de recortes de jornais, por exemplo, sobre o artista, mas que indique sucintamente por que se convenceu do atendimento desse requisito para promover a contratação direta, como citar o número de discos gravados, de obras de arte importantes, referência a dois ou três famosos eventos.”<sup>3</sup>

Marçal Justen Filho, também nesse sentido:

“A exigência da consagração perante a crítica ou a opinião pública destina-se a evitar comparações arbitrárias. A Lei admite a possibilidade de contraposição entre a opinião da crítica especializada e a opinião pública. Basta uma das duas hipóteses para autorizar a contratação. Em qualquer caso, o dispositivo deve ser interpretado de modo coerente com a natureza do interesse público.”<sup>4</sup>

Nesse sentido, todas essas recomendações foram devidamente cumpridas.

Devemos, ainda, encarar a questão da pretendida contratação em dois pontos básicos e cruciais: ser estabelecida exclusivamente à luz do interesse público e visar à realização do bem comum. E, assim, podemos constatar, hialinamente, que ambos se fazem presentes no objeto da contratação, pois o fim ao qual se destina a contratação, qual seja a realização de um show dessa magnitude, com um artista desse quilate, em comemoração às tradicionais festividades juninas de Areia Branca, possui, eminentemente, interesse público, haja vista que a manutenção de tal evento implica diretamente na continuidade e fortalecimento da história cultural do Município, que por sua vez destaca-se no cenário estadual na realização da festividade em questão, certamente a mais importante no cenário do calendário cultural municipal, oferecendo-a não apenas aos munícipes, no intuito de enriquecer e fortalecer suas raízes culturais, além de proporcionar eventos e propiciando a divulgação da imagem da cidade e suas tradições e manifestações artísticas, indubitavelmente, são, eminentemente, de interesse público e, ainda, visam à realização do bem comum, através do encontro e confraternização da população em data tão significativa, e essa melhoria se refletirá na sociedade, através do potencial desenvolvimento do turismo durante o período festivo, para aqueles que aqui vivem e que aqui visitam, bem como o estímulo ao comércio local, mediante a comercialização realizada no período, gerando recursos para o Município e atuando como fonte geradora de emprego e renda para a população.

Outrossim, é do conhecimento de todos os munícipes, que a aludida festividade faz parte do calendário cultural do Município de Areia Branca, o que nos impulsionou a dar continuidade a esse evento.

<sup>1</sup> Ob. cit.  
<sup>2</sup> Ob. cit.  
<sup>3</sup> Ob. cit.



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA  
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, por excelência, esclarece-nos

“Pode a Administração necessitar promover a contratação direta, hipótese restrita, ditada pelo interesse público. Nesse caso, não deve ser olvidado que a individualidade da produção artística acarreta, em regra, a inviabilidade de competição. É justamente a ausência de parâmetros que assegura a criatividade humana.”<sup>5</sup>

Marçal Justen Filho, com lapidar clareza, asserve:

“Portanto, somente quando se fizer necessária a contratação de profissionais para desenvolvimento de atividades de satisfação do interesse público é que se poderá aplicar o dispositivo.”

em nossa diáspora, complementa:

“A atividade artística consiste na emanção direta da personalidade e da criatividade humanas. Nessa medida é impossível verificar-se identidade de atuações.”<sup>6</sup>

Vencidos os requisitos necessários para uma contratação direta nos moldes do art. 25, III da Lei nº 8.666/93, vejamos, agora, as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação.

1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante - A escolha da Banda, por consequência, representada pela empresa **AVINE VINNY PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, CNPJ: 20.661.405/0001-88, não foi contingencial. Prende-se ao fato de que elas enquadram-se, perfeitamente, nos dispositivos enumerados na Lei de Licitações e Contratos, consoante o já exaustivamente demonstrado acima, como *conditio sine qua non* à contratação direta. Cabe, ainda, reiterar que o serviço a ser executado é singular, não permitindo, assim, comparações, por ser também individualizado e peculiarizado, de acordo com cada profissional, pois como bem obtempera o Prof. Jorge Ulisses, “*todo profissional é singular, posto que esse atributo é próprio da natureza humana*”, sendo que o profissional a ser contratado possui experiência nesse campo, não havendo nada com a empresa suso aludida.

2 - Justificativa do preço - Conforme se pode constatar através da confrontação dos valores cobrados anteriormente, ainda que individualizado o serviço, e da proposta apresentada pela empresa **AVINE VINNY PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA** para esse show, verifica-se facilmente ser este compatível com os praticados no mercado. O eminente Prof. Jorge Ulisses, em nota de rodapé, informa-nos que “*Nesse ponto, parece que a melhor regra não é buscar o preço de ‘mercado’, mas observar quanto o mesmo artista cobra pelo espetáculo equivalente de outros órgãos da Administração Pública. Regra que se coaduna com o art. 15, VI, da Lei nº 8.666/93.*”<sup>7</sup>

Reporta extrema de dúvidas, portanto, que a situação que se nos apresenta, conforme ficou intensiva e extensivamente demonstrada é, tipicamente, de Inexigibilidade de licitação.

<sup>5</sup> Ob. cit.  
<sup>6</sup> in Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética  
<sup>7</sup> Ob. cit.

05/07/2014  
14



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA  
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

Por fim, diante da fundamentação fático-jurídica, e:

*Considerando* a tradicional festividade junina deste Município, conhecida em boa parte do País.

*Considerando* a necessidade de se comemorar evento tão especial, já enraizado na cultura desta localidade;

*Considerando* que a realização dos shows para a comemoração desse evento é algo de suma importância;

*Considerando* que o Município de Areia Branca não pode deixar de participar, ativamente, das comemorações alusivas a tal evento;

*Considerando*, que a realização de tal evento sempre foi de responsabilidade deste município;

*Considerando*, ainda, que a realização do evento, é de interesse público, pois fomenta a manutenção da cultura, bem como o turismo local;

Considerando, por fim, que a banda musical constante da proposta de preço, como é do conhecimento de todos, integra modalidade de grupo popular, cujo estilo é diverso. Portanto, este requisito dispensa maiores comentários, pois, pelo que toda humanidade é sabedora de que "música é arte", pouco importando a sua espécie, desde que respeitadas a moral e os bons costumes

Perfaz a presente inexigibilidade o valor total R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), sendo que as despesas decorrentes para contratação serão por conta da seguinte classificação orçamentária

Cód. Unid. Orçamentária	Projeto/Atividade	Natureza/Despesa	Fonte de Recursos
1130	2035	33903900	1001

Finalmente, porém não menos importante, *ex postis*, opino pela contratação direta dos serviços do profissional artísticos – Banda Avine Vinny, por intermédio da empresa AVINE VINNY PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ: 20.661.405/0001-88, sem o precedente Processo Licitatório, *ex vi* do art. 25, III, c/c art. 26, parágrafo único, II e III, todos da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA  
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, que dá espeque ao **Processo de Inexigibilidade de Licitação**, após o que deverá ser publicada na imprensa oficial, como condição de eficácia, em obediência ao *caput* do artigo 26 da mesma norma jurídica susoaludida.

Areia Branca/SE, 03 de maio de 2019.

*Maria Djalma Dias Ribeiro*

MARIA DJALMA DIAS RIBEIRO  
Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer  
Portaria nº 05/2017

*Ratifico a presente Justificativa e, por conseguinte, aprovo o procedimento. Publique-se.*

*Em 03/05/2019.*

*Alan Andréline Nunes Santos*  
ALAN ANDRÉLINO NUNES SANTOS  
Prefeito Municipal